

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N.º 01/2026

Sessão Ordinária Realizada no dia 27 de fevereiro de 2026

Presidente da Assembleia

Manuel Augusto Meirinho Martins

Secretários

1.º Secretário – Germano Fernandes; 2.º Secretário – Idalina Mendes Lopes.

Substituições

Luís Manuel Alves Costa (*substituído por João António Ramos da Fonseca Nunes*); Francisco Costa Carvalho (*substituído por José Joaquim Amaral Marques*); Júlia Maria Bogas Marques Coelho (*substituída por Francisco António Simões Vaz*); José António Inácio Nunes (*substituído por Nélia Maria Nicolau Carrilho*); Junta de Freguesia da Bismula (*representada pelo secretário: Miguel João dos Santos Tomé*).

As presenças e substituições dos membros de Assembleia e Presidentes de Junta de Freguesia constam dos registos administrativos respetivos.

O Presidente da Junta de Freguesia de Rapoula da Côa não esteve presente, nem representado, tendo comunicado ao Presidente da Assembleia correspondente justificação de ausência.

Hora de Abertura

Quinze horas.

Local

Auditório Municipal do Sabugal.

Às quinze horas, dado haver quórum, o Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou os Membros da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara, o restante Executivo Municipal, o Público e o Pessoal de Apoio, declarando aberta a Sessão.

Antes da Ordem do Dia

Na sequência da renúncia ao mandato apresentada pelo Sr. Ricardo Jorge Monteiro Igreja, do Partido Chega, (**Anexo 1**), ao abrigo do n.º 4 do artigo 76º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, o Sr.º Presidente da Assembleia verificou a legitimidade e identidade do respetivo substituto, Sr. Pedro Miguel Lourenço da Fonseca, pela apresentação do respetivo cartão de cidadão, investindo-o nas funções de membro da Assembleia Municipal do Sabugal, após ter prestado juramento.

Ponto 1 - Discussão e votação da ata da Sessão ordinária realizada no dia 19-12-2025

Deliberação: A Assembleia Municipal **deliberou**, por unanimidade, **aprovar a ata da sessão ordinária realizada no dia 19-12-2025**. Não participaram na votação os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo.

O Sr. Presidente da Assembleia alertou para o reproduzido na página 125 da ata, que incide na sua intervenção sobre a gravação recolha de imagens e som das sessões, esperando o cumprimento da legislação por parte dos grupos municipais e demais intervenientes relativamente ao tema.

Ponto 2 - Expediente

O senhor **Presidente da Assembleia** deu conhecimento do expediente recebido, bem como dos assuntos que foram entregues à Mesa da Assembleia, nomeadamente:

- **Relatório anual de Atividades da CPCJ da Sabugal, referente ao ano de 2025 e Moção submetida pelo Município da Covilhã.**

Seguidamente, foram apresentados e submetidos à apreciação do plenário os seguintes **Votos de Pesar:**

- Pelo Grupo Municipal do PS e subscrito por todos os Grupos Municipais, cujo teor consta no **Anexo 2** e pelo Grupo Municipal do PSD, e subscrito por todos os Grupos Municipais, cujo teor consta no **Anexo 3**.

A **Assembleia Municipal deliberou**, por unanimidade, **aprovar os referidos Votos de Pesar**, endereçando às respetivas famílias as mais sentidas condolências.

Tendo sido feito **UM MINUTO DE SILÊNCIO**.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do **voto de congratulação**, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, pela eleição do Dr. António José Seguro como Presidente da República, cujo teor consta no **Anexo 4**.

Pelo Grupo Municipal do PS foram apresentadas duas **propostas de recomendação**:

1. A **Assembleia Municipal deliberou**, por unanimidade, aprovar a proposta de “*Realização de uma sessão de informação e esclarecimento sobre apoios à reabilitação urbana e as alterações ao regime jurídico da urbanização, edifícios Simplex urbanístico.*” – **Anexo 5**

Intervieram os seguintes Grupos Municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana, não vê inconveniência no proposto, estando a sua execução ao critério do executivo.

Grupo Municipal do Partido CHEGA

O Sr. Saúl Ribeiro comunicou o voto favorável do Grupo Municipal do Partido CHEGA.

Grupo Municipal do PS

O Sr. Filipe Nunes referiu que a recomendação surge na sequência da aprovação do PIRPES do concelho do Sabugal, que é um instrumento que visa contribuir para a reabilitação e edificação devoluta e em ruínas do concelho, juntamente com as ARU’s das freguesias e a última revisão do regime jurídico de edificação urbana, vem simplificar alguns procedimentos de licenciamento. Como tal, realçou a importância de perceber, esclarecer e informar os proprietários desses imóveis sobre os métodos e procedimentos para ter acesso aos apoios.

2. A **Assembleia Municipal deliberou**, por maioria, com 30 votos a favor, 27 abstenções e 1 voto contra, a recomendação “*Impactos do Acordo União Europeia-Mercosul nas Explorações Agrícolas do Concelho do Sabugal*”, cujo teor consta no **Anexo 6**.

Intervieram os seguintes Grupos Municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana, referiu ser difícil entender e identificar o interesse da recomendação, uma vez que não estando o acordo fechado, ser extemporâneo criar um grupo de trabalho para o efeito.

Exemplificou que apesar de haver a ideia de que o acordo vai prejudicar a fileira da carne, tal pode não acontecer. E, por sua vez, há outros produtos que vão ter melhores oportunidades (p.ex.: vinho e azeite). Concluiu enfatizando o apoio do PSD aos agricultores, mas com medidas devidamente estruturadas.

Grupo Municipal do CHEGA

O Sr. Saúl Ribeiro referiu que o sentido de voto do Partido CHEGA será favorável, uma vez que o setor agrícola é o mais importante do concelho, devendo, por isso, ser sempre apoiado.

Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata comunicou o seu voto favorável, referindo que a pequena produção é prejudicada, enquanto alguns aspetos beneficiam a produção intensiva.

Grupo Municipal do PS

O Sr. Pedro Figueiredo esclareceu que a recomendação tem âmbito local e visa avaliar os possíveis impactos do acordo nas explorações agrícolas do concelho, bem como estudar medidas para antecipar e mitigar eventuais efeitos negativos. Destacou a importância do setor agrícola na economia local, assente sobretudo em pequenas e médias explorações, com forte expressão na pecuária extensiva, sendo um pilar na fixação da população e na dinamização do território.

Salientou que, apesar de o acordo ainda não estar ratificado, já existem estudos que devem ser analisados, sublinhando a relevância estrutural do setor e alertou para a necessidade de aprendizagem com experiências passadas, como o declínio da produção de leite no concelho, defendendo a importância de antecipar cenários.

Concluiu que a proposta não tem caráter negativo, mas pretende contribuir para uma análise preventiva, preparando o território tanto para eventuais impactos negativos como para oportunidades.

Intervieram novamente os seguintes Grupos Municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana, referiu que não estando em questão o mérito ou não do acordo, estão ao lado dos agricultores nesse estudo, mas com as ressalvas apresentadas e com a reflexão necessária que se impõe.

O Sr. João Nunes, sobre a criação do gabinete de apoio à agricultura, alertou para a importância de se ter em conta as várias associações agrícolas do concelho que fazem um

ótimo trabalho com os agricultores, devendo também estar representados nesses gabinetes. E se esse for o propósito e objetivo da recomendação o seu voto será favorável.

O Sr. Pedro Figueiredo, em relação à intervenção do Sr. João Nunes, reiterou que o objetivo é complementar o trabalho das associações. Especificou que pode ser realizado um protocolo com as associações no sentido de ajudar os agricultores quando, por exemplo, são necessários pareceres de entidades para realização de projetos.

Ponto 3 – Assuntos Diversos

O Sr. Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos do Ponto 3, relativo a pedidos de esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara.

Grupo Municipal do PSD:

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana, procedeu à leitura da sua intervenção, cujo teor consta na integra no **Anexo 7**.

A Sr.^a Sandra Silvestre questionou o ponto de situação da obra de requalificação da EN 233.

A Sr.^a Fátima Leal abordou o tema dos incêndios relativos ao mês de agosto, questionando sobre a situação das candidaturas na CCDRC e sobre os danos em equipamentos de combate aos incêndios que envolvem as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal.

O Sr. Presidente da União de Freguesias de Sabugal e Aldeia de Sto. António, Francisco Baltazar, perguntou se existe algum apoio para reparação dos caminhos agrícolas do concelho, tendo em conta os prejuízos provocados pelo mau tempo.

O Sr. Presidente da União de Freguesias de Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos, Joaquim Gonçalves, reiterou os prejuízos nas localidades com praias fluviais e questionou se será disponibilizada verba extraordinária para colmatar os danos nesses espaços de lazer.

Grupo Municipal do PS:

O Sr. João Manso, em matéria de saúde, alertou para o encerramento periódico do atendimento complementar. Referiu que, ao contrário do que aconteceu em Penamacor, no Sabugal tudo se aceita com passividade, o que faz com que as pessoas se privem de um serviço essencial, obrigando a deslocações longas, dispendiosas e muitas vezes impossíveis.

Questionou o Sr. Presidente da Câmara, desafiando-o a afirmar publicamente que não aceitará o encerramento de um serviço essencial e que lutará contra o desmantelamento dos cuidados de saúde no concelho do Sabugal.

O Sr. Francisco Vaz referiu que a recente atualização dos tarifários do abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos resultou num aumento de 8,5%, sendo penalizador para o utilizador doméstico. Recordou que foi defendido que a constituição da APAL permitiria maiores investimentos e a estabilização dos tarifários, sendo apenas evidente o agravamento dos preços dos serviços. Por último, salientou que a Câmara Municipal deveria promover a redução de custos, nomeadamente das perdas de água, em vez de aprovar o aumento de receitas da EPAL, questionando quando haverá maior empenho na sua diminuição, que, segundo a APAL, se aproximam dos 50%.

A Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais, Silvina Silva, partilha da mesma preocupação relativamente aos estragos provocados pelo mau tempo nas praias fluviais e nos caminhos da Reserva da Malcata, alertando para a aproximação do verão e da época de incêndios. Após contacto com o ICNF, foi informada de que os compartes não são da competência daquela entidade, sendo necessário rever o protocolo, e que qualquer intervenção da Junta nos caminhos da Reserva depende de autorização do ICNF.

Grupo Municipal Cidadãos Eleitores:

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sortelha, Jorge Lourenço, informou que, na sequência das intempéries que afetaram o território nacional, e atendendo à geminação com a freguesia de Ferreira do Zêzere desde 2009, a Junta de Freguesia de Sortelha decidiu prestar apoio àquela freguesia, alargando o pedido de recolha de bens às restantes freguesias do concelho, tendo o seu transporte sido assegurado pelo Município. Terminou agradecendo a todos os que contribuíram, em seu nome, em nome do Presidente da Câmara de Ferreira do Zêzere, Bruno Gomes, e do Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira do Zêzere, Armando Cotrim.

Reiterou a problemática dos caminhos danificados, salientando que as verbas disponíveis nas freguesias são insuficientes para a sua reparação, defendendo a atribuição de apoios extraordinários por parte do Governo ou do Município, de modo a não comprometer outros projetos das Juntas.

Grupo Municipal do Partido CHEGA:

O Sr. Pedro Fonseca procedeu à leitura da sua intervenção, cujo teor consta na íntegra no **Anexo 8**.

Grupo Municipal CDU:

O Sr. João Manata, sobre a reportagem da NOW e em defesa do Sr. Vereador Paulo Leitão Batista, referiu que não poderia ter medo de represálias na família, uma vez que não tem família no Sabugal.

De seguida, questionou se a Câmara tem pretensão de comprar o terreno por baixo da Robinil de forma a criar ligação ao pontão da praia fluvial.

Lamentou, mais uma vez, o estado da Rua 5 de Outubro, devendo o empreiteiro ser chamado à responsabilidade, uma vez que se verificam constantes quedas.

Findas as intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões levantadas.

Às questões suscitadas, mantendo a ordem das intervenções:

Em resposta ao Sr. Presidente da Junta do Baraçal, referiu que se revê integralmente na intervenção, salientando que, aquando dos incêndios de agosto, o concelho também beneficiou de solidariedade. Destacou o apoio da Câmara na logística, assegurando a entrega de bens nas zonas afetadas pelas intempéries, e agradeceu a todas as entidades concelhias envolvidas na sua recolha.

Relativamente à requalificação da EN 233, mencionada pela Sr.^a Sandra Fernandes, esclareceu que foi realizado um novo levantamento, na sequência do aumento do financiamento de 5 para 20 milhões de euros e da alteração, por indicação das Infraestruturas de Portugal, da largura da plataforma de 5,5 para 7 metros, o que obrigou a uma retificação.

Quanto à questão colocada pela Sr.^a Fátima Leal, informou que deram entrada cerca de 402 candidaturas de apoio aos incêndios, das quais 334 já foram fiscalizadas, tendo sido atribuídos cerca de 1.300.000,00 euros. As restantes encontram-se em análise, estimando-se um apoio direto global de aproximadamente 4 milhões de euros.

No âmbito dos apoios da CCDRC e do ICNF, estão em execução duas candidaturas: uma da APA, no valor de 40.000,00 euros, e outra do ICNF, no valor de 340.000,00 euros, ambas destinadas a medidas de mitigação dos impactos dos incêndios rurais. Aguarda-se ainda a aprovação de uma candidatura para o restabelecimento do potencial silvícola, no valor de 532.000,00 euros.

Existe também uma candidatura no valor de 3.414.000,00 euros, que abrange diversas intervenções em Águas Belas, Sortelha, União de Freguesias de Pousafoles do Bispo, Penalobo, Água da Figueira, Ruvina, Ruivós e Vale das Éguas. Acrescem cerca de 2.500.000,00 euros para pavimentações nessas zonas, bem como uma candidatura de

aproximadamente 460.000,00 euros destinada à reposição de equipamentos danificados, como reservatórios de água e adutoras.

O Município encontra-se igualmente a apoiar tecnicamente as Juntas de Freguesia na submissão de candidaturas relativas a equipamentos afetados pelos incêndios.

Relativamente à questão do Sr. Presidente da União de Freguesias do Sabugal e Aldeia de Santo António, referiu tratar-se de uma matéria transversal. Aproveitou para responder às questões sobre os prejuízos causados pelas intempéries nas praias fluviais, informando que o Conselho de Ministros deliberou alargar o âmbito das intervenções a todo o território, não sendo ainda conhecidas as ações abrangidas. Indicou ainda que a CCDR já solicitou o levantamento dos danos nas freguesias e acrescentou que, na semana seguinte, se deslocará às praias fluviais, acompanhado pelos técnicos, para proceder ao levantamento dos prejuízos. Na ausência de apoio governamental, o Município assegurará a verba necessária à sua reparação.

Em resposta ao Sr. João Manso, sobre o encerramento do Centro de Saúde, esclareceu que as situações têm sido pontuais e não decorrem de falta de reivindicação. Complementando, a Sr.^a Vice-Presidente destacou o trabalho de proximidade com a ULS, sublinhando o interesse do Município no pleno funcionamento do Centro de Saúde no concelho. Referiu que, embora não divulgado nas redes sociais, têm sido realizadas reuniões regulares e apresentadas as devidas exigências. Salientou ainda que a saúde é uma prioridade do executivo, existindo protocolos com várias Juntas de Freguesia para garantir o acesso da população a cuidados médicos.

Acrescentou que, no âmbito das obras no Centro de Saúde, a Câmara Municipal irá disponibilizar espaços alternativos, de modo a assegurar a continuidade dos serviços. Informou também que, com a criação da USF, o concelho passou a contar com mais dois médicos, no âmbito do regulamento de apoio. Reiterou que a Câmara tem vindo a pressionar a ULS para a manutenção do Serviço de Atendimento Permanente, sendo todos os encerramentos pontuais reportados e contestados, ainda que não publicamente. Referiu igualmente que o Município exige soluções que evitem interrupções, não sendo, contudo, da sua competência a elaboração das escalas dos profissionais de saúde. Por fim, informou que o Ministério constituiu uma equipa de UCC para reforço do atendimento de proximidade, não tendo sido inicialmente atribuído um veículo, situação que foi colmatada pela Câmara Municipal, que disponibilizou uma viatura para apoio ao seu funcionamento.

Relativamente à intervenção do Sr. Francisco Vaz, referiu que, de acordo com um estudo comparativo de 2024 sobre o valor das tarifas, o concelho do Sabugal apresenta das tarifas mais baixas, ocupando o 6.º lugar. Salientou que, para além dos financiamentos, as tarifas permitem canalizar receita para investimento, sendo ainda obrigatória a observância das recomendações da ERSAR.

Informou que, no âmbito da ITI da CIM, estão previstos cerca de 1.500.000,00 euros para investimentos no concelho, nomeadamente: adutora no Dirão da Rua; adutora e reabilitação do reservatório de Quarta-Feira; reabilitação do reservatório de Malcata; e execução da rede de saneamento em Rebelhos, Quarta-Feira e Aldeia da Dona.

Acrescentou que serão implementadas 26 zonas de medição (ZMC's), com vista à monitorização das perdas de água, e que, com a integração na APAL, o défice foi reduzido para metade.

Em resposta à Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais, referiu que serão encetadas diligências junto do ICNF, de forma a evitar constrangimentos à melhoria dos caminhos na Reserva da Malcata. Prosseguindo, recordou que a questão dos prejuízos causados pelas intempéries já havia sido respondida. Louvou a iniciativa do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sortelha na recolha de bens e esclareceu que todas as freguesias colaboraram, associando-se ao voto de agradecimento do Presidente da Câmara e do Presidente da Junta de Ferreira do Zêzere.

Esclareceu o Sr. Pedro Fonseca que apenas teve conhecimento do processo no Ministério Público através da comunicação social.

Relativamente a uma eventual aquisição do terreno junto à Robinil, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que o mesmo já foi adquirido, estando prevista a sua intervenção no âmbito da 3.^a fase das obras de Requalificação da Praia Fluvial, de modo a assegurar a ligação direta à mesma. Informou ainda que está a ser efetuado um levantamento na Rua 5 de Outubro, com vista à realização de uma intervenção mais profunda, através do acionamento das garantias da obra.

Intervieram novamente os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. João Calva questionou se era do conhecimento do Sr. Presidente da Câmara o eventual encerramento do Novo Banco, referindo que, desde o dia anterior, a agência passou a funcionar apenas três vezes por semana.

Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso, em resposta ao que fora mencionado pelo Grupo Municipal do Partido Chega na reportagem do canal de televisão Now, esclareceu que ficou a ideia equivocada de que os vereadores do Partido Socialista não tinham feito oposição aquando da aquisição do terreno junto ao Auchan.

Esclareceu que os vereadores do PS exerceram uma oposição séria e honesta, votando contra e apresentando declaração de voto na Reunião de Câmara de 12/07/2024, sendo que alguns dos argumentos contidos nessa declaração foram utilizados na referida reportagem. Acrescentou que, na sessão de 28/02/2025, os membros do Grupo Municipal do PS manifestaram-se novamente contra a aquisição, apresentando oito pontos que abordam diversas questões sobre o assunto, registados no Anexo 7 da ata. Lamentou a falta de investigação da jornalista quanto à pesquisa desses documentos.

Referiu ainda que o grupo se revê na posição tomada pelo Sr. Vereador Paulo Batista, reconhecendo nele várias características que o tornam um líder com visão para o concelho do Sabugal.

Sobre as alegadas irregularidades, esclareceu que quaisquer denúncias estão a ser averiguadas pelo Ministério Público, aguardando-se a decisão da entidade competente.

Por fim, destacou que a crítica do Grupo Municipal do PS à aquisição do terreno visou a forma como a requalificação do Largo da Fonte poderia ter sido feita, permitindo a criação de um espaço multiusos. Reiterou que o Grupo Municipal do PS atuou de forma séria e responsável na sua oposição.

Findas as intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões levantadas.

Às questões suscitadas, mantendo a ordem das intervenções:

Acerca do encerramento do Novo Banco, referiu que a Câmara foi informada de que a agência de Almeida iria apenas abrir dois dias por semana, sendo que, nesses dias, os recursos humanos seriam deslocados do Sabugal para Almeida. Informou ainda que foi apresentada ao Novo Banco a possibilidade de haver atendimento duas vezes por semana no Soito, estando a aguardar resposta.

Referiu que os multibancos acarretam encargos adicionais para as Juntas de Freguesia, tendo sido comunicada a situação à tutela e proposto a colocação desses equipamentos a custo zero nas freguesias.

Sobre a intervenção do Sr. João Manso, indicou não ter nada a acrescentar, uma vez que foi dirigida ao Grupo Municipal do CHEGA.

Solicitou a palavra a Sr.^a Lúcia Ribas para informar que os clientes do Novo Banco receberam, com antecedência, uma carta comunicando que a agência funcionaria apenas duas vezes por semana.

ORDEM DO DIA

Ponto 01 – Discussão e votação da repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais da obra: Regeneração da Rua Dr. Francisco Maria Manso e espaços contíguos no Sabugal

Deliberação: Face à informação registada sob o n.º 18904, datada de 17-12-2025, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, **ratificar a repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais da obra: Regeneração da Rua Dr. Francisco Maria Manso e espaços contíguos no Sabugal.**

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara referiu que se trata de uma repartição de encargos, sendo a sua aprovação competência da Assembleia. Explicou que o concurso da obra havia ficado deserto, tendo sido aberto novo concurso. Os encargos para 2026 é de 466.400,00€ e 699.600,00€ para 2027.

Intervieram os seguintes Grupos Municipais:

Grupo Municipal do PS

O Sr. Pedro Figueiredo deu nota de que o assunto já havia sido discutido na primeira sessão do mandato, tendo questionado o ponto de situação das condicionantes identificadas, nomeadamente a audiência com os taxistas e a aquisição do imóvel. Renovou a importância de que a obra cumpra os prazos, devido aos transtornos que possa causar aos moradores e aos serviços presentes na zona.

Grupo Municipal do CHEGA

O Sr. Saúl Ribeiro referiu que, embora vejam com bons olhos a intenção de requalificação da zona central da cidade, é importante que sejam esclarecidos os seguintes pontos: 1) o risco de o novo concurso não ter candidatos, se o valor está correto e os motivos para eventual ausência de concorrentes; 2) o impacto no comércio local e nos cidadãos; 3) a situação dos táxis e a aquisição do imóvel.

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara informou que a audiência com os taxistas já foi realizada, envolvendo as oito praças do município, sendo as suas solicitações consideradas na execução da obra. Relativamente à habitação referida, informou que o proprietário foi novamente notificado, tendo as comunicações sido devolvidas, estando em curso diligências para contactar os herdeiros.

Quanto aos prazos, e em resposta também ao Sr. Saúl Ribeiro, referiu que existe alguma incerteza na execução das obras, nomeadamente quanto à eventualidade de os concursos ficarem desertos, esperando-se, no entanto, a adjudicação pelo valor previsto. Acrescentou

que será dada especial atenção à programação dos trabalhos, de forma a minimizar os transtornos, bem como à escolha dos materiais a utilizar.

Ponto 02 – Discussão e votação da proposta de delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU's) de Aldeia Velha, Casteleiro e Cerdeira

Deliberação: Face à informação registada sob o n.º 18931, datada de 17-12-2025, a **Assembleia Municipal deliberou**, por unanimidade, **aprovar a proposta de delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU's) de Aldeia Velha, Casteleiro e Cerdeira.**

Acerca do ponto, o Sr. Presidente da Câmara referiu que é intenção do Município delimitar Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) nas 30 freguesias do concelho, esclarecendo que a sua criação visa impulsionar a reabilitação do edificado.

Relativamente às três ARU's em discussão, informou que abrangem a totalidade da malha urbana, destacando os benefícios fiscais disponíveis para os cidadãos que, em articulação com o Plano de Incentivos à Recuperação do Património Edificado, constituem um importante estímulo ao investimento.

Intervieram os seguintes Grupos Municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana, reconheceu a importância da implementação das ARU's, manifestando concordância com os três projetos em discussão e expressando a expectativa de que a sua aplicação às freguesias de menor dimensão ocorra com a brevidade possível.

Grupo Municipal do PS

O Sr. Filipe Nunes começou por felicitar o executivo e os técnicos que elaboraram as três ARU's. Reforçou a recomendação apresentada pelo PS de realizar sessões de esclarecimento, destacando que, apesar dos benefícios, o procedimento deve ser específico, sob pena de perda do direito ao incentivo. Referiu que algumas Uniões de Freguesia terão mais do que uma ARU, pelo que serão mais de 30. Manifestou a vontade do Grupo Municipal do PS de que o município se equipe com técnicos capacitados para transformar ARU's em PARU's. Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que, no final do ano, divulgue os relatórios das ARU's, de modo a evidenciar um maior grau de intervenção. Questionou ainda o critério seguido para a definição das três ARU's e pediu o compromisso de criar ARU's para todas as freguesias.

Grupo Municipal do CHEGA

O Sr. Saúl Ribeiro afirmou que o CHEGA votará favoravelmente, questionando, contudo, se há apoio previsto para a desburocratização dos procedimentos.

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara referiu que o objetivo é dotar todas as freguesias com ARU's, sendo os critérios de escolha a população e a área de cada freguesia. Agradeceu à equipa técnica do município pelo trabalho realizado internamente, sublinhando que, em freguesias com várias anexas, será necessário definir critérios específicos. Quanto à divulgação e desburocratização, confirmou que a Câmara pretende realizar ações de comunicação nas redes sociais e sessões direcionadas para gabinetes de projeto e outras entidades.

Ponto 03 - Discussão e votação da 3.ª adenda e reembolso extraordinário ao contrato de financiamento reembolsável à operação da obra Conservação e Reabilitação do Castelo de Alfaiates

Deliberação: Face à informação registada sob o n.º 1103, datada de 28-01-2026, a **Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a 3.ª adenda ao contrato de empréstimo existente e respetivos anexos, bem como a devolução do valor de 34.871,08€ dentro do prazo estabelecido:**

Na apresentação do ponto em discussão, o Sr. Presidente da Câmara informou que, no anterior mandato, haviam sido aprovados três financiamentos no âmbito do BEI, que permitiam aos municípios financiar a parte não elegível de projetos, com taxas de juro convidativas (1,5%).

Relativamente ao projeto do castelo de Alfaiates, a taxa de financiamento aumentou em 34.100,00€. Como não pode haver duplo financiamento, é necessário amortizar esse valor, passando o empréstimo de 133.000,00€ para 98.661,00€.

Intervenção do Grupo Municipal do CHEGA:

A Sr.ª Sara Gonçalves questionou o motivo das sucessivas alterações ao financiamento do projeto de reabilitação do castelo de Alfaiates. Considerou importante esclarecer se as alterações resultam de dificuldades na execução da obra, de alterações ao projeto ou de ajustamento ao investimento inicialmente previsto, bem como se existe algum impacto financeiro adicional para o município. Afirmou ainda que o sentido de voto do grupo municipal será favorável.

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a intervenção não está contextualizada e que o ponto em discussão não se refere a prazos ou execução de obras.

Explicou que o assunto prende-se apenas com o financiamento da parte não elegível dos projetos: tendo sido aumentado em 34.100,00€ e não podendo haver duplo financiamento, é necessário reduzir o valor financiado pelo BEI nessa quantia. Ressaltou que não se trata de prazos, derrapagens ou problemas de execução.

Ponto 04 – Discussão e votação específica proposta de celebração de contrato interadministrativo entre o Município do Sabugal e a Junta de Freguesia da Alfaiates

Deliberação: Face à informação registada sob o n.º 1642, datada de 30-01-2026, a **Assembleia Municipal**, deliberou, por unanimidade, **aprovar o contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Sabugal e a Junta de Freguesia de Alfaiates.**

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara referiu que, previamente às obras, o município transferia cerca de 5.000,00€ à Junta de Freguesia para a conservação e manutenção do castelo. Após a conclusão da obra, entendeu-se que faria sentido transferir essa competência para a Junta através da celebração de um contrato interadministrativo. Para além dessa competência, a Junta deverá manter o posto de turismo aberto das 10h às 17h, nos períodos festivos e durante o verão.

Intervieram os seguintes Grupos Municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana, referiu que as Juntas de Freguesia conseguem assegurar um trabalho de proximidade mais eficaz do que a Câmara. Considerou que a celebração de contratos interadministrativos é prova disso, felicitando o Presidente da Junta de Alfaiates.

Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso partilha da opinião do Sr. Presidente da Câmara, pelo que o sentido de voto do grupo será favorável. Sugeriu que o assistente operacional que irá gerir o posto de turismo do castelo de Alfaiates possua conhecimentos de história da vila, sendo uma mais-valia para os visitantes. Recomendou ainda que o executivo camarário desenvolva mecanismos de avaliação anual dos contratos interadministrativos celebrados com outras Juntas de Freguesia. Reiterou a importância de dinamizar as cinco vilas medievais e o respetivo património, de forma a potenciar o turismo cultural como alavanca de desenvolvimento do concelho. Por fim, desafiou o Sr. Presidente da Câmara, lembrando que a Vila do Touro também carece de assistente operacional e de um contrato interadministrativo, dado o seu relevante património templário.

Grupo Municipal do CHEGA

O Sr. Carlos Simões de Melo iniciou a intervenção lamentando o seu atraso e saudando o membro que tomou posse, desejando-lhe sucesso no mandato. Sobre o ponto, concordou com as intervenções do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. João Manso. Destacou que, ao contrário da prática habitual na delegação de competências do governo para as Câmaras, que nem sempre inclui envelope financeiro suficiente, neste caso o contrato interadministrativo contempla a componente financeira.

Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata manifestou-se favoravelmente à delegação de competências às Juntas de Freguesia e à regionalização, parabenizando o contrato interadministrativo apresentado.

Em resposta às intervenções, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que o assistente operacional terá formação adequada sobre a história de Alfaiates e sobre a Sacaparte, criando sinergia entre os pontos de interesse da localidade. Quanto à avaliação dos contratos interadministrativos, referiu que é obrigatório, por lei, nomear gestores de contrato para assegurar o cumprimento das cláusulas. Quando a Junta solicitar o pagamento, o gestor elabora e apresenta o respetivo relatório, permitindo a transferência caso todas as condições do contrato estejam cumpridas.

Sobre Vila do Touro, informou que futuramente será apresentada uma proposta de contrato interadministrativo, assim que o projeto de iluminação estiver concluído e o castelo tiver em condições de visita.

Ponto 05 - Discussão e votação da 1.ª Alteração Orçamental Modificativa 2026 (Revisão) ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2026-2031

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 abstenções (Grupo Municipal do PS e Grupo Municipal do Partido CHEGA) **aprovar a 2.ª Alteração Orçamental Modificativa 2026 (1.ª Revisão) e 1.ª Revisão às Grandes Opções o Plano 2026/2031.**

Na apresentação do ponto, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que, na sessão de fevereiro, é sempre apresentada a 1.ª Alteração Orçamental Modificativa, a qual inclui o Saldo de Gerência do ano anterior, no valor de 2.000.485,00€. Este montante foi distribuído pelas rubricas que não estavam suficientemente dotadas ou que tinham financiamento a definir.

Para além disso, foram incluídos dois novos projetos: a cafetaria do Largo da Fonte e a drenagem de águas pluviais na Aldeia da Ribeira.

Intervieram os seguintes Grupos Municipais:

Grupo Municipal do PS

O Sr. César Cruz procedeu à Leitura da sua intervenção, cujo teor consta no **Anexo 9**.

Grupo Municipal do CHEGA

O Sr. Carlos Simões de Melo relembrou que o Grupo Municipal do CHEGA votou contra o Orçamento para 2026 e as GOP 2026-2030, salientando que a integração do Saldo de Gerência não torna os documentos adequados. Aludiu à distribuição do saldo de gerência, já explanada pelo Grupo Municipal do PS, reiterando que se trata de um ato mais técnico do que político. Sublinhou, contudo, que o orçamento não é suficientemente ambicioso, pelo que o sentido de voto do grupo não será nem favorável nem contrário, considerando que não atende plenamente às necessidades do concelho do Sabugal.

Findas as intervenções, concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões levantadas.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PS:

O Sr. César Cruz esclareceu que não estão em discussão as Grandes Opções do Plano, mas sim o orçamento, que se mantém em 35.000.000,00€. Reiterou que as rubricas que não foram reforçadas já possuíam dotação suficiente. Informou que o saldo de gerência foi introduzido e distribuído para reforçar rubricas insuficientemente dotadas. Esclareceu ainda que, na eventualidade de rubricas com dotação insuficiente, é possível realizar alterações orçamentais, ou seja, alocar verba de uma rubrica para outra.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do CHEGA

Em resposta ao Sr. Carlos Simões de Melo, referiu não ter nada a acrescentar.

Intervieram novamente os seguintes Grupos Municipais:

Grupo Municipal do PS

O Sr. César Cruz afirmou que a dotação final é de 38.060.640,14 € e que a discussão centra-se na aplicação do saldo de gerência, ou seja, nos 2.485.067,78 € injetados sobre o orçamento inicial de 35.000.000,00 €. Destacou que a questão principal é a definição das opções prioritárias, salientando que educação e ação social requerem reforço orçamental.

Findas as intervenções, concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões levantadas.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PS:

Esclareceu o Sr. Presidente da Câmara que as injeções orçamentais são definidas pelo Governo e, neste momento, entendem que não é necessário um aumento adicional, sendo injetado apenas se for requerido. Reforçou que as áreas da educação e da ação social são extremamente importantes e que o Município mantém vigilância contínua sobre estas rubricas.

Ponto 06 - Discussão e votação da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do Município do Sabugal de 2026

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 abstenções, (Grupo Municipal do PS e Grupo Municipal do Partido CHEGA), **aprovar a 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do Município do Sabugal de 2026**

Na apresentação do ponto, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que, aquando da apresentação do Mapa de Pessoal na sessão de dezembro, não estava concluído o levantamento das mobilidades intercarreiras dos funcionários, nem a reclassificação nas carreiras. Saliou que não se trata da criação de novos lugares, mas sim de permitir mobilidades para colocar os funcionários nas suas devidas categorias e funções, sendo que, após a mobilidade, o lugar é extinto.

Informou ainda que foram criados três lugares de assistente operacional para cantoneiro de limpeza, devido à reforma de alguns funcionários, e um lugar de assistente operacional leitor-cobrador, igualmente por reforma.

Intervieram os seguintes Grupos Municipais:

Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso afirmou que o Grupo Municipal do Partido Socialista manterá a abstenção. Valorizou o trabalho dos técnicos e agradeceu a nota explicativa que acompanha a documentação.

Questionou, relativamente ao ponto 8 da página 2, se o recrutamento do lugar de leitor-cobrador de consumos não deveria ser realizado pela APAL.

Grupo Municipal CHEGA

A Sr.ª Marisa Igreja procedeu à leitura da sua intervenção, cujo teor consta na íntegra no **Anexo 10**.

Findas as intervenções, concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões levantadas.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PS:

Em resposta ao Sr. João Manso, o Sr. Presidente da Câmara explicou que se entendeu abrir o concurso com a APAL, por necessidade de um leitor para o Sabugal, sendo que posteriormente será feita a mobilidade para a APAL.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do Partido CHEGA:

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que, neste momento, existem 275 trabalhadores em funções no município. Os 305 lugares surgem porque os lugares por mobilidade são contabilizados duas vezes: o lugar de origem e o lugar para o qual o funcionário se desloca.

Interveio novamente o Grupo Municipal do Partido CHEGA:

O Sr. Carlos Simões de Melo reforçou que o Mapa de Pessoal é votado no seu conjunto, abrangendo lugares previstos, vagos e efetivamente ocupados, e manteve a dúvida quanto à discrepância entre os números apresentados.

Ponto 07 - Discussão e votação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano (GOP's) da APAL-SIM para o ano de 2026

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto contra (Grupo Municipal da CDU), **aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano (GOP's) da APAL-SIM para o ano de 2026.**

Acerca do ponto, o Sr. Presidente da Câmara explanou que se trata da integração do saldo de gerência, no valor de 170.005,00€, que foi distribuído por algumas rubricas insuficientemente dotadas.

Intervieram os seguintes Grupos Municipais:

Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso deu nota de que o Grupo Municipal do PS aprovará a primeira revisão. Salientou que, à semelhança da aprovação do orçamento na sessão de 19/12/2025, a decisão se prende com os investimentos da APAL no concelho do Sabugal, nomeadamente na rede de saneamento de Quarta-Feira, Rebelhos e Aldeia da Dona.

Referiu ainda que têm conhecimento de pedidos de abertura de novos ramais, aos quais a APAL tem tido dificuldades em responder, e que, em situações de acerto, a fatura do consumidor é acrescida. Considera importante que a APAL adote medidas para mitigar estas situações.

Grupo Municipal do Partido CHEGA

O Sr. Carlos Simões de Melo afirmou que o sentido de voto seria favorável à aprovação dos documentos apresentados. No entanto, manifestou reservas quanto ao serviço fornecido por uma entidade pública, que poderá levar qualquer munícipe a questionar a

continuidade do contrato. Destacou, nomeadamente, o aumento de 25.000,00€ na rubrica de publicidade e o aumento do custo da água para o consumidor, considerando que ainda existem povoações do concelho sem ligação à rede pública de saneamento.

Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata partilhou a opinião do Sr. João Manso, referindo que também experienciou situações de acerto após estimativa. Concluiu reiterando o voto contra, sustentando a posição de que a gestão da água não deveria ter saído da Câmara Municipal.

Findas as intervenções, concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões levantadas.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PS:

Sobre as questões colocadas pelo Sr. João Manso, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que, sobre os ramais, o atraso se deve à necessidade de recursos adicionais. Quanto às faturas, referiu que estas situações estão a ser verificadas e que, para evitar estimativas, foram abertos concursos para leitor. Acrescentou que está a ser preparada uma candidatura para instalação de contadores inteligentes.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do Partido CHEGA

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara disse não saber o motivo do reforço da rubrica de publicidade em 25.000,00€. Terminou referindo que existem mais municípios interessados em integrar a APAL e que, na última legislatura, foi o governo socialista que obrigou as Câmaras a constituírem-se intermunicipais ou noutra modalidade, permitindo assim obter até 90% de financiamento.

Ponto 08 - Designação de novo membro e renovação ou substituição de membro para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)

Deliberação: A Assembleia Municipal **deliberou**, por escrutínio secreto, **designar Fátima Pinheiro, para integrar a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Sabugal**, com 55 a favor e 5 brancos.

O senhor Presidente da Assembleia disse que tinha sido apresentada uma lista pelo Grupo Municipal do PSD, constituída por Fátima Pinheiro.

De seguida, a **Assembleia Municipal deliberou**, por unanimidade, renovar o mandato da comissária Catarina Isabel Alves Corte elemento designado pela Assembleia Municipal, tendo integrado a CPCJ em março de 2023.

Sobre a lista apresentada para integrar a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Sabugal, a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara deu nota que a técnica proposta é uma técnica superior da Câmara que atua na área da educação, sendo considerada uma das opções mais viáveis e demonstrando disponibilidade para integrar a Comissão Alargada.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PS

A Sr.^a Marisa Martins salientou a importância da Comissão e do perfil adequado de quem a integra. Sobre o relatório de 2025, referiu que a Comissão acompanhou quase 83 processos, destacando que as sinalizações são anónimas.

Reforçou a relevância do envolvimento do município e de todas as entidades com competência em matéria de infância e juventude, incluindo escolas, Centro de Saúde e Segurança Social.

Terminou sublinhando a confiança de que a Sr.^a Fátima Pinheiro desempenhará de forma exemplar o seu papel.

Sobre a renovação do mandato da comissária Catarina Corte, a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara referiu que a mesma é psicóloga, exerce funções no Hospital Sousa Martins e já se encontra a desempenhar funções na CPCJ.

Ponto 09 – Atividade Municipal

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos documentos enviados sobre a Atividade Municipal.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso referiu que o Sr. Vereador Paulo Cruz havia realizado uma reunião com a APA no dia 2 de fevereiro. Deu nota de que, no relatório da APA, consta que a praia fluvial da Rapoula do Côa está em risco de perder a classificação de zona balnear, na sequência das más classificações das análises de água em 2025. Questionou o Sr. Presidente da Câmara se serão implementados planos de ação para corrigir as causas da poluição e se poderia descrever a amplitude das medidas.

Grupo Municipal do Partido CHEGA

O Sr. Carlos Simões de Melo referiu que o executivo, se assim entender, poderia elaborar um relatório sobre algumas das atividades mais relevantes, a fim de serem apresentadas à Assembleia para esclarecer situações como a mencionada pelo Sr. João Manso. Alertou ainda para a necessidade de rigor nos documentos, uma vez que consta uma atividade que se realizará apenas no dia seguinte (21 de fevereiro), quando o documento foi assinado no dia 20 de fevereiro.

Em resposta ao Sr. João Manso, o Sr. Vereador Paulo Cruz esclareceu que há um lapso no documento, pois a análise mencionada refere-se a 2022. Explicou que a classificação da praia só é efetuada após cinco anos de recolha de amostras, sendo que uma amostra negativa influencia a classificação, ou seja, só em 2027 essa análise deixará de ser considerada. Informou que foram adotadas medidas para combater a poluição e evitar resultados indesejáveis nas análises. Reiterou que a praia não perderá a classificação e será implementado um novo plano de medidas, à semelhança dos anos anteriores.

Em relação à intervenção do Sr. Carlos Simões de Melo, o Sr. Presidente da Câmara disse tratar-se de um preciosismo.

O Sr. João Manso solicitou novamente a palavra para alertar que o relatório menciona mais do que uma classificação negativa.

Intervenção do Público

O Sr. Presidente da Assembleia questionou se algum membro do público pretendia intervir.

Foi concedida a palavra ao Sr. Virgílio Afonso, que evocou os 40 anos da Escola Secundária do Sabugal, em outubro, sugerindo ao executivo a celebração desse momento histórico para o concelho.

Seguiu-se o Sr. José Carlos, que alertou para os danos nas vias causados pelas árvores localizadas nas bermas das estradas, solicitando ao município o corte das mesmas.

O Sr. Presidente da Câmara agradeceu a sugestão do Sr. Virgílio Afonso, referindo que será tida em consideração. Em resposta ao Sr. José Carlos, esclareceu que têm sido realizadas intervenções nesse sentido, tratando-se de um trabalho contínuo.

Não tendo mais havido inscrições para o efeito e sem mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Sessão, eram dezanove horas e trinta e cinco minutos, da qual para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata, cujas deliberações foram aprovadas em minuta

para resolução imediata das deliberações tomadas, nos termos do n. 3 do artigo 57. da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada por Vânia Martins Filipe, Técnica Superior que a lavrou e pelo senhor Presidente da Assembleia, conforme disposto no n.º 1 do art.º. 57.º da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Assembleia, _____

MANUEL
AUGUSTO
MEIRINHO
MARTINS

Assinado de forma
digital por MANUEL
AUGUSTO MEIRINHO
MARTINS
Dados: 2026.04.17
15:25:36 +01'00'

Manuel Augusto Meirinho
Assinado por: **Vânia Martins Filipe**
Num. de Identificação: 13572410
Data: 2026.05.11 11:45:24+01'00'

A Técnica Superior, _____

Vânia Martins Filipe

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N. 01/2025 – ANEXOS

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2025

Anexo 1

Renúncia ao mandato apresentada pelo Sr. Ricardo Igreja

Ricardo Jorge Monteiro Igreja

Membro da Assembleia Municipal

Assunto: Renúncia ao cargo de Membro da Assembleia Municipal

Exmo.(a) Senhor(a) Presidente da Assembleia Municipal do Sabugal,

Venho por este meio comunicar a V. Ex.^a a minha renúncia ao cargo de Membro da Assembleia Municipal do Sabugal, com efeitos a partir de 13 de janeiro de 2026, por motivos de natureza pessoal.

Agradeço a oportunidade que me foi concedida para exercer estas funções e a colaboração de todos os colegas durante o período em que desempenhei este mandato.

Apresento os meus melhores cumprimentos,



Ricardo Jorge Monteiro Igreja

Rua da Moita Casa 3 Sobreira, 6320-236 Pousafoles do Bispo

Sabugal, 13 de janeiro de 2026

Anexo 2
Voto de Pesar - Manuel Augusto Nabais
Grupo Municipal do Partido Socialista

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal do Sabugal

Assunto: Voto de Pesar

Tendo em conta o Artigo 7º, N.º 2, alínea c), o grupo municipal do Partido Socialista, pede um minuto de silêncio pelo falecimento de **Manuel Augusto Nabais**, foi vereador na Câmara Municipal, presidente da União de Freguesias do Sabugal e da Aldeia de Santo António, membro desta Assembleia Municipal, desempenhou ainda outros cargos de natureza política para os quais foi eleito.

Manuel Augusto Nabais foi um político local ativo, enquanto militante e dirigente do Partido Socialista. Trabalhou como funcionário da Segurança Social, dedicou uma grande parte da sua vida ao movimento cívico e associativo, fosse na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Sabugal, na Santa Casa da Misericórdia, no concelho económico da paróquia, nas irmandades, e em muitas outras missões, onde se empenhou com abnegado espírito de serviço.

Homem de causas, honesto, competente e fortemente empenhado com a comunidade sabugalense, **Manuel Augusto Nabais** merece esta homenagem da Assembleia Municipal do Sabugal.

Sabugal, 27 de Fevereiro de 2026-02-26

O grupo municipal do Partido Socialista



Anexo 3

Voto de pesar – Joaquim Afonso Borregana



Exmo. Sr.

Presidente da Assembleia Municipal do Sabugal

REQUERIMENTO

(Proposta de voto de pesar e pedido de um minuto de silêncio)

Nos termos da alínea c) do artigo 7.º do Regimento da Assembleia Municipal do Sabugal, o Grupo Municipal do PSD propõe um Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Joaquim Afonso Borregana.

Considerando:

- a) O falecimento do senhor Joaquim Afonso Borregana a 4 de janeiro de 2026;
- b) Que exerceu o cargo de Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, de 1985 a 2001;
- c) Que o exercício de funções foi pautado e exercido com enorme disponibilidade, elevado empenho e dedicação à sua freguesia e à causa pública;

O Grupo Municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal delibere:

- Aprovar o presente "VOTO DE PESAR" pelo seu falecimento;
- Manifestar à família enlutada, as mais sentidas condolências;
- Observar um minuto de silêncio, em sua homenagem.

Sabugal, 27 de fevereiro de 2026

Pl'º Grupo Municipal



Anexo 4
Voto de congratulação

Grupo Municipal do Partido Socialista



Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal do Sabugal

Assunto: Apresentação de um voto de Congratulação

Tendo em conta o Artigo 29º, Nº 1, alínea d), o grupo municipal do Partido Socialista, apresenta um voto de congratulação a esta Assembleia Municipal do Sabugal, ao **Dr. António José Seguro**, pela sua eleição para Presidente da República.

Apresentou-se aos portugueses com sentido de Estado e equilíbrio, focado no diálogo institucional, na união do País e na defesa da democracia.

Tem as suas raízes, no nosso vizinho concelho de Penamacor, é um Homem com uma forte ligação ao interior de Portugal, conhece de perto as suas dificuldades, as suas vivências e as suas potencialidades.

Desejamos-lhe muitas felicidades e sucesso na Presidência da República.

Sabugal, 27 de Fevereiro de 27 de Fevereiro de 2026

O grupo municipal do Partido Socialista



Anexo 6

Proposta de Recomendação: "Realização de sessão de informação e esclarecimento sobre apoios à Reabilitação Urbana e as alterações ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (Simplex Urbanístico)"



Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal do Sabugal

Dr. Manuel Augusto Meirinho Martins

Assunto: Apresentação de Proposta de Recomendação: "Realização de sessão de informação e esclarecimento sobre apoios à Reabilitação Urbana e as alterações ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (Simplex Urbanístico)"

Tendo em consideração a alínea c) do artigo 7.º do Regimento da Assembleia Municipal do Sabugal, que confere aos membros da Assembleia Municipal do Sabugal o direito de apresentar propostas de deliberação sob a forma de recomendação e ao abrigo das competências deliberativas e de fiscalização previstas nos artigos 24.º e 25.º da Lei 75/2013, vem o "Grupo de Membros do Partido Socialista na Assembleia Municipal do Sabugal" apresentar a seguinte proposta de recomendação:

1. Enquadramento

O "Programa de Incentivos à Recuperação do Património Edificado do Sabugal -PIRPES" é uma ferramenta estratégica para estimular a reabilitação do património edificado no concelho do Sabugal.

A eficácia e materialização não depende apenas da existência do programa pelo que é fundamental a promoção e esclarecimento dos munícipes sobre de que forma o programa pode ser um fator impulsionador da reabilitação urbana.

Para esse efeito considera-se fundamental que exista uma maior promoção e esclarecimento aos munícipes sobre as formas de acesso e os benefícios a que podem aceder.

Paralelamente, existem medidas de apoio de âmbito nacional que podem ser mobilizadas para incentivar a reabilitação urbana, tornando essencial que os munícipes estejam informados sobre estas oportunidades.

Por outro lado, as alterações ao Regime jurídico da Urbanização e edificação (RJUE) no âmbito do Decreto-Lei n.º 10/2024 (Simplex urbanístico) introduziram uma nova realidade com impacto direto nos procedimentos de licenciamento e gestão urbanística. Neste contexto considera-se fundamental que proprietários, técnicos e demais interessados conheçam estas alterações e seus efeitos práticos

Neste contexto, considera-se essencial organizar uma sessão de esclarecimento que permita o acesso a informações claras, promovendo uma

requalificação urbana eficaz, simplificada e em conformidade com a legislação vigente.

2. Proposta

Pelo exposto, considera-se pertinente recomendar ao executivo da Câmara Municipal:

2.1 Promover a realização de uma sessão de informação e esclarecimento aberta ao público, destinada a proprietários, técnicos e demais interessados sobre os apoios disponíveis à reabilitação urbana e as alterações recentes do RJUE;

2.2 Assegure que a referida sessão tenha ampla divulgação através da página oficial do município, redes sociais e imprensa local de forma a maximizar a participação e o alcance da sessão de informação e esclarecimento.

3. Proposta de Deliberação

"A Assembleia Municipal do Sabugal no âmbito das suas competências e tendo em consideração a necessidade de reforçar a informação aos munícipes no âmbito dos apoios a reabilitação urbana e das alterações ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), delibera na sessão ordinária do dia 27 de fevereiro de 2026, recomendar ao executivo da Câmara Municipal do Sabugal:

2.1 Promover a realização de uma sessão de informação e esclarecimento aberta ao público, destinada a proprietários, técnicos e demais interessados sobre os apoios disponíveis à reabilitação urbana e as alterações recentes do RJUE;

2.2 Assegure que a referida sessão tenha ampla divulgação através da página oficial do município, redes sociais e imprensa local de forma a maximizar a participação e o alcance da sessão de informação e esclarecimento."

Sabugal, 27 de Fevereiro de 2026

Grupo Municipal do P.S.



Anexo 6

Proposta de Recomendação: “Impactos do Acordo União Europeia-Mercosul nas explorações agrícolas do Concelho do Sabugal”



Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia Municipal do Sabugal
Dr. Manuel Augusto Meirinho Martins

Assunto: Apresentação de Proposta de Recomendação: “Impactos do Acordo União Europeia-Mercosul nas Explorações agrícolas do Concelho do Sabugal”

Tendo em consideração a alínea c) do artigo 7.º do Regimento da Assembleia Municipal do Sabugal, que confere aos membros da Assembleia Municipal do Sabugal o direito de apresentar propostas de deliberação sob a forma de recomendação e ao abrigo das competências deliberativas e de fiscalização previstas nos artigos 24.º e 25.º da Lei 75/2013, vem o “Grupo de Membros do Partido Socialista na Assembleia Municipal do Sabugal” apresentar a seguinte proposta de recomendação:

1. Enquadramento

O acordo União Europeia-Mercosul estabeleceu um quadro de liberalização comercial entre os Países da União Europeia e os países do Mercosul. Nesse quadro de liberalização de mercados são previstas reduções de tarifas e o aumento de quotas de importação de diversos produtos agroalimentares.

Sobre o assunto em referência é já de conhecimento público que diversas Associações Agrícolas em Portugal têm manifestado preocupação sobre o possível impacto negativo na estrutura fundiária do nosso País. Com efeito a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) assinalou que o impacto negativo será sentido sobretudo nas explorações de pequena e média dimensão podendo o cenário acelerar a substituição de explorações de pequena e média dimensão (familiares) por produção agrícola industrializada. Da mesma forma a Associação de Jovens Agricultores de Portugal alertou para o risco de concorrência desleal nos setores da pecuária e dos cereais. Traço comum nas preocupações recentemente apresentadas é que um dos setores potencialmente mais sensível aos possíveis impactos é o setor da produção pecuária, designadamente o de produção de carne bovina de pequena e média dimensão.

O setor agrícola é uma das bases do tecido económico do concelho do Sabugal, sendo que a sua estrutura agrícola assenta sobretudo em pequenas e médias explorações, com forte expressão no setor da pecuária extensiva, importa perceber de forma antecipada os impactos decorrentes do referido acordo.

Neste contexto, entende o “Grupo Municipal de Membros do Partido Socialista na Assembleia Municipal do Sabugal” que urge adaptar uma abordagem preventiva e estratégica, antecipando possíveis impactos negativos e reforçando os mecanismos de valorização e diferenciação da produção local. Considera-se fundamental a definição de uma estratégia de defesa dos nossos produtores para à qual o Município pode e deve contribuir.

2. Propostas

Pelo exposto, considera-se pertinente recomendar ao executivo da Câmara Municipal a avaliação e promoção de um conjunto de medidas tendo em vista a mitigação de possíveis impactos negativos do Acordo EU-Mercosul nas explorações agrícolas do Concelho do Sabugal, nomeadamente:

1. Promover a constituição de um grupo de trabalho Municipal, integrando representantes do setor agrícola local (associações de produtores e técnicos especializados), com o objetivo de avaliar potenciais impactos negativos do Acordo União Europeia-Mercosul no concelho e à definição de medidas mitigatórias;
2. Num quadro de aumento concorrencial e com o objetivo de tornar efetiva a diferenciação e valorização dos produtos locais, concretizar o conceito da marca “Algu”, estabelecendo como meta a certificação da produção com enfoque na sua qualidade, origem e sustentabilidade;
3. Criação de um Gabinete Municipal de Apoio ao Agricultor, vocacionado para o apoio técnico no acesso a financiamentos e acompanhamento estratégico das explorações agrícolas;
4. Desenvolvimento de um Plano Estratégico para a Agricultura, identificando prioridades, riscos e oportunidades para o setor no concelho que estabeleça objetivos e mecanismos de monitorização do seu cumprimento.

3. Deliberação

“A Assembleia Municipal do Sabugal no âmbito das suas competências e tendo em consideração os possíveis impactos negativos do acordo União Europeia-Mercosul, delibera na sessão ordinária do dia 27 de fevereiro de 2026, recomendar ao executivo da Câmara Municipal do Sabugal:

1. *Promover a constituição de um grupo de trabalho Municipal, integrando representantes do setor agrícola local (associações de produtores, agricultores e técnicos especializados), com o objetivo de avaliar potenciais impactos negativos do Acordo União Europeia-Mercosul no concelho e à definição de medidas mitigatórias;*
2. *Num quadro de aumento concorrencial e com o objetivo de tornar efetiva a diferenciação e valorização dos produtos locais, concretizar o conceito da marca “Algu”, estabelecendo como meta a certificação da produção com enfoque na sua qualidade, origem e sustentabilidade;*

3. Criação de um Gabinete Municipal de Apoio ao Agricultor, vocacionado para o apoio técnico no acesso a financiamentos e acompanhamento estratégico das explorações agrícolas;
4. Desenvolvimento de um Plano Estratégico para a Agricultura, identificando prioridades, riscos e oportunidades para o setor no concelho que estabeleça objetivos e mecanismos de monitorização do seu cumprimento.

Mais se delibera que deverá ser reportado a Assembleia Municipal do Sabugal a implementação das medidas propostas, garantindo dessa forma o devido acompanhamento e avaliação da sua eficácia e que a presente recomendação seja comunicada às Associações de Produtores agrícolas com atividade no concelho do Sabugal.”

Anexo 7

Intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal - Carlos Borregana

“Nesta primeira intervenção quero saudar a iniciativa das diversas juntas de freguesia do concelho que, de forma concertada e com o apoio logístico da Câmara Municipal, disponibilizaram, em tempo útil, ajuda material às populações afetadas pelas intempéries ocorridas no final de janeiro.

Há acontecimentos que testam verdadeiramente uma sociedade.

Não nos dias fáceis, mas quando a incerteza entra pelas casas dentro.

Proponho uma reflexão simples.

Em 1941, Portugal enfrentou uma das maiores tragédias naturais da sua história contabilizando-se cerca de 100 vítimas mortais, em 1967 as cheias de Lisboa terão vitimado mais de 700 pessoas. A violência destas tempestades encontrou populações isoladas, instituições frágeis e meios escassos. O Estado escondeu a dimensão da tragédia, não reagiu, não houve ajudas nem indemnizações. As comunidades ficaram entregues a si próprias.

Essa memória deve permanecer viva. Não como nostalgia, mas como consciência do caminho que tivemos de percorrer.

Porque hoje, perante as tempestades e cheias recentes, vimos algo profundamente diferente.

Vimos o Estado a mobilizar meios e recursos.

Vimos autarquias a cooperar sem reservas, partilhando recursos e responsabilidades.

Vimos instituições que protegem e não apenas que reagem.

E vimos algo ainda mais forte: uma sociedade que não se fecha sobre si própria, mas que se abre ao outro. Pessoas que ajudam antes de perguntar. Comunidades que se organizam antes de serem chamadas. Solidariedade real, concreta, imediata.

Isto não aconteceu por acaso. É o resultado de décadas de construção institucional, de responsabilidade pública, de investimento e de maturidade democrática. É também este o legado dos últimos 50 anos de democracia.

E é precisamente por isso que devemos ser claros: as catástrofes não podem ser usadas para semear medo, nem para explorar fragilidades, nem para insinuar abandono onde existe resposta,

nem para dividir quando o que salva vidas é precisamente o contrário: a confiança, a cooperação e a responsabilidade.

Quem vive da amplificação do pânico ignora deliberadamente aquilo que mais importa: que hoje protegemos melhor, respondemos mais rápido e cuidamos mais uns dos outros do que alguma vez cuidámos no passado.

A memória de 1941 e de 1967 mostra-nos a vulnerabilidade de um país sem meios suficientes.

A experiência de 2026 mostra-nos a força de uma sociedade que aprendeu, que se organizou e que não abandona os seus.

E é essa a escolha que verdadeiramente importa: a responsabilidade coletiva e a confiança nas instituições e nas pessoas.

Muito obrigado!”

Anexo 8

Intervenção do Sr. Pedro Fonseca

“Exmo. Senhor Presidente,

Membros da Assembleia Municipal,

Exmo. Senhor Presidente de Câmara e restante Executivo Municipal,

Falemos agora, do elefante no meio da sala!

*Há cerca de duas semanas, um canal de informação nacional (**NOW**) apresentou, em horário nobre, uma reportagem sobre o Sabugal e alguns negócios que, para esse órgão noticioso, se configuravam como suspeitos, tendo levantado questões muito sérias para o concelho, envolvendo a Câmara e detentores de cargos políticos.*

*No nosso entendimento, tão ou mais grave do que as suspeitas levantadas é o medo incutido aos munícipes, ao ponto de um senhor vereador da oposição, concretamente do **Partido Socialista**, de acordo com o referido na própria reportagem, se ter recusado a prestar declarações, com receio de represálias para a sua família, residente no concelho.*

Tudo se nos afigura como grave e atentatório da democracia e do Estado de direito democrático. Mais acrescentamos que as tentativas de explicação que, “a conta-gotas”, foram surgindo nas redes sociais após a transmissão televisiva referida, nos parecem extemporâneas e até mesmo risíveis.

A democracia funciona se e quando os eleitores e eleitos expõem, de forma clara e transparente, as suas ideias e decisões. Lembramos que uma maioria não equivale a um “quero, posso e mando” e que, independentemente do que essa maioria decida fazer, tem sempre de prestar contas.

Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia, Senhor Presidente de Câmara, esta Assembleia Municipal é o local certo para serem prestados esclarecimentos políticos sobre as situações que foram abordadas. Assim, solicitamos ao Senhor Presidente da Câmara que os preste, pela democracia e, sobretudo, pelos sabugalenses.

*É também para que todos os sabugalenses possam saber o que é tratado, fundamentado e decidido nas Assembleias Municipais que reafirmamos que estas devem ser transmitidas online. Os sabugalenses não podem ser afastados dos ditames da política e pelos políticos que elegeram. Para tal, e porque o regimento já o prevê, o Grupo Municipal do Partido CHEGA irá apresentar na próxima sessão da Assembleia Municipal uma proposta para a sua **efetiva** operacionalização.*

Disse!”

Anexo 9

Intervenção do Sr. César Cruz

“Em relação à questão técnica, é viável e normal que venha à Assembleia. Contudo, diante deste reforço orçamental, será necessário nós observarmos aqui algumas questões e, mais do que interrogações, talvez observações. Em relação à despesa com o pessoal, há o aumento de 116.000,00 €; em relação à aquisição de bens e serviços, quase 1.000.200,00 €, onde aí, finalmente, se abre a rubrica do pagamento de água de 150.000,00 €, que não constava no orçamento de dezembro. Em relação às transferências correntes, nós temos um valor de acréscimo de 80.000,00 €; subsídios – 31.000,00 €; outras despesas correntes – 4.500,00 €; aquisição de bens de capital – 854.000,00 €; transferências de capital – 205.000,00 €. Isto apenas para observarmos a distribuição daquilo que está constante no orçamento. Face às Grandes Opções do Plano, há algumas considerações a tomar, nomeadamente, nós podemos constatar que, para a educação, há apenas um aumento de 500,00 €; para a cultura e desporto (na área do desporto), temos um aumento de 61.500,00 € para a bancada móvel. Na ação social não existe nem um cêntimo de aumento. Na habitação e urbanização, podemos constatar que existem mais 20.000,00 € para o PIRESPERES, pelo menos já ficamos com 30.000,00 € para a execução. Para o saneamento e salubridade, estão incluídas as drenagens de águas fluviais e também para o cemitério de Quadrazais (ano 2027). No desenvolvimento económico e abastecimento público, podemos encontrar aqui mais 22.000,00 € para o festival de observação das aves, num total de 52.000,00 € constante em orçamento. Para a comunicação e transportes, há uma verba injetada na estrada Aldeia Velha–Aldeia do Bispo, de 60.000,00 € para 2026, e 292.000,00 € para 2027, na estrada Rebolosa–Aldeia da Rebolosa. Mantemos os valores para a defesa, meio ambiente, administração autárquica e Sabugal Concelho Digital.

Facilmente nós constatamos que, para a educação, o orçamento global é só e apenas de 2% no valor dos 38.000.000,00 €. Para a ação social, nós temos a módica quantia de 1%, não chegando a 1,5% de todo o valor orçamentado. Podemos constatar que, só na área do desporto, e ainda bem, temos um valor de 1.367.677,00 €, que perfaz quase o valor da educação e ação social juntos. Nós, por aqui, podemos ver qual é a perspetiva de ação das Grandes Opções do Plano e, por isso, o Partido Socialista reafirma que na área da educação e na área da ação social, pese embora haja intervenção, devemos intervir mais, melhor e competentemente.”

Anexo 10

Intervenção da Sr.^a Marisa Igreja

“Relativamente ao ponto em apreciação, importa recordar aquando da aprovação do mapa de pessoal em Dezembro, este grupo municipal votou contra por existirem divergências entre os números constantes dos documentos e aqueles que foram firmados em sessão. Conforme ficou registado em ata, foi então referido pelo Sr. Presidente da Câmara que o município não dispunha de 305 trabalhadores, mas sim 277, situação que levantou dúvidas quanto ao rigor da informação apresentada. A alteração agora proposta vem introduzir ajustamentos ao mapa pessoal. Contudo, continua a não ser perceptível através da documentação disponibilizada qual o impacto financeiro permanente destas alterações para o município! Assim, mantendo reservas quanto ao

planeamento e à evolução das despesas com pessoal, mas reconhecendo o ajustamento, entretanto efetuado, o sentido de voto do nosso grupo municipal será de abstenção.”

O Presidente da Assembleia,

MANUEL
AUGUSTO
MEIRINHO
MARTINS

Assinado de forma
digital por MANUEL
AUGUSTO
MEIRINHO MARTINS
Dados: 2026.04.17
15:26:45 +01'00'

A Técnica Superior,

Assinado por: **Vânia Martins Filipe**
Num. de Identificação: 13572410
Data: 2026.05.11 11:46:48+01'00'

Vânia Martins Filipe